



Empresa de Pesquisa Energética

Cenários econômicos para os próximos 10 anos

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
MME

Ministério de Minas e Energia

Ministro

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior

Secretária Executiva

Marisete Fátima Dadald Pereira

Secretário-Adjunto de Planejamento e

Desenvolvimento Energético

Hélio Neves Guerra

Secretário de Energia Elétrica

Rodrigo Limp Nascimento

Secretário de Petróleo, Gás Natural e

Combustíveis Renováveis

Jose Mauro Ferreira Coelho

Secretária de Geologia, Mineração e

Transformação Mineral

Alexandre Vidigal de Oliveira



Empresa de Pesquisa Energética

Empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, instituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, a EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Presidente

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Giovani Vitoria Machado

Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Erik Eduardo Rego

Diretor de Estudos de Petróleo, Gás e Biocombustível

Heloisa Borges Bastos Esteves

Diretor de Gestão Corporativa

Angela Regina Livino de Carvalho

URL: <http://www.epe.gov.br>

Sede

Esplanada dos Ministérios Bloco "U" - Ministério de Minas e Energia - Sala 744 - 7º andar - 70065-900 - Brasília - DF

Escritório Central

Av. Rio Branco, 01 - 11º Andar
20090-003 - Rio de Janeiro - RJ

Informe Técnico

Cenários econômicos para os próximos 10 anos

Coordenação Geral

Giovani Vitoria Machado

Coordenação Executiva

Carla da Costa Lopes Achão

Coordenação Técnica

Arnaldo dos Santos Junior

Gustavo Naciff de Andrade

Equipe Técnica

Aline Moreira Gomes

Lidiane de Almeida Modesto

Nº IT-EPE-DEA-SEE- IT-004/2020

08 de Outubro de 2020

Introdução

A construção de cenários econômicos de médio e longo prazo pela EPE tem como objetivo apoiar as análises das estratégias para o planejamento energético nacional. O esforço de construção desses cenários, embora bastante desafiador, é essencial para garantir o aproveitamento das oportunidades futuras e o melhor gerenciamento dos riscos no processo de expansão de energia.

Neste sentido, o informe técnico “Cenários econômicos para os próximos 10 anos” tem o objetivo de apresentar os estudos e análises realizadas no desenho de possíveis trajetórias de crescimento econômico brasileiro para o horizonte de 2021 a 2030.

A partir de um conjunto de premissas demográficas e de economia mundial, são descritos três cenários para a economia nacional: um cenário de referência, considerado o de maior probabilidade, e dois cenários alternativos – inferior e superior – desenvolvidos a partir da sensibilidade do comportamento das variáveis consideradas chave para o crescimento nos próximos dez anos.

A opção pela construção de cenários alternativos configura uma estratégia para lidar com as elevadas incertezas inerentes ao processo de elaboração de cenários econômicos, permitindo mapear diferentes resultados para o crescimento econômico, ainda que de menor probabilidade de ocorrência. É importante ressaltar que estes cenários não são exaustivos, já que a depender de como os riscos e oportunidades forem administrados, a economia brasileira pode apresentar diferentes trajetórias de crescimento econômico.

Este informe foi elaborado em maio de 2020 e, por esse motivo, considerou as informações disponíveis até o fim daquele mês. Neste momento, o Brasil e o mundo ainda enfrentam os impactos econômicos, sociais e de saúde decorrentes da pandemia da COVID-19 deflagrada no início de 2020. Ainda há elevado grau de incerteza sobre a profundidade e a duração dessa crise, sem previsão clara de quando ficarão disponíveis vacinas e medicação específica. Essas questões foram consideradas em conjunto com as premissas de longo prazo no desenvolvimento dos cenários econômicos aqui descritos.

Este informe está dividido em 4 partes. Após a contextualização da conjuntura nacional e internacional, são apresentadas as premissas gerais de demografia, domicílios e economia mundial. Em seguida, descreve-se, com maior nível de detalhes, as perspectivas das principais variáveis econômicas e do desempenho da atividade macroeconômica e setorial para os próximos dez anos contempladas no cenário de referência. Por fim, são descritos, de forma sintética, os cenários alternativos inferior e superior, com foco nas diferenças em relação ao cenário de referência.

Conjuntura Econômica

A economia brasileira encerrou o ano de 2019 com expansão do PIB de 1,1%, indicando um processo de recuperação ainda lento. Apesar disso, é possível notar uma aceleração do crescimento no segundo semestre daquele mesmo ano, com contribuições relevantes das políticas de estímulo ao consumo como a liberação de saques do FGTS a partir de setembro e redução da taxa SELIC ao longo de 2019, que encerrou o ano em 4,5%.

Ao final do ano passado, a expectativa para 2020 era de intensificação do ritmo de crescimento econômico e de consolidação da retomada da atividade, com uma expansão do PIB de 2,3%¹. No cenário internacional, a perspectiva de redução das incertezas em função dos avanços no acordo comercial entre China e Estados Unidos e do acordo do *Brexit*, contribuíam para essa expectativa.

Nos meses iniciais de 2020, no entanto, o cenário econômico mundial e nacional sofreu uma reversão profunda em decorrência da eclosão da pandemia da COVID-19. Após casos iniciais ocorridos na China entre final de 2019 e janeiro de 2020, a doença se disseminou em alta velocidade por diversos países, com registro de infectados em todos os continentes já no início do mês de março.

No dia 11 de março, com números oficiais de 120 mil casos confirmados e 4 mil mortes pelo mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o *status* de “pandemia” da COVID-19. Ao final do mês de maio, o mundo já contabilizava 5,7 milhões de infectados e mais de 350 mil mortes no mundo, com os Estados Unidos liderando ambas estatísticas. No Brasil, os números confirmados eram de cerca de 460 mil infectados e de cerca de 28 mil fatalidades.

A alta taxa de disseminação da doença, associada à ausência de imunidade da população, de vacina e de medicação efetiva para o novo vírus, impôs um imenso desafio à capacidade de atendimento dos sistemas de saúde no mundo, que enfrentaram risco de colapso. Diante desse quadro, sob recomendação da OMS, diversos países adotaram medidas de isolamento social com o objetivo de conter a circulação do vírus e reduzir a taxa de contágio, entre as quais se incluíam restrição de viagens, suspensão de atividades escolares, de cultura, lazer e fechamento de atividades não essenciais. Em alguns países foi realizado o “*lockdown*”, que impunha um controle ainda mais rigoroso à circulação de pessoas, com limites de distância ao deslocamento em relação à residência e aplicação de multas para circulação injustificada.

Os impactos da pandemia e das medidas de isolamento sobre a economia foram sentidos pelo mundo, com queda intensa na atividade, aumento do desemprego e redução do comércio internacional. Países anunciaram pacotes de estímulo da ordem de bilhões de

¹ Projeção da EPE no Planejamento Anual da Operação Energética 2020-2024 e do Focus no dia 31 de dezembro de 2019 (Banco Central do Brasil).

dólares, como o Reino Unido, Alemanha e Espanha, e até trilhões, no caso dos Estados Unidos, a fim de mitigar os impactos econômicos e viabilizar uma retomada acelerada após a pandemia. Mesmo com os esforços empreendidos, os resultados divulgados para o PIB do primeiro trimestre registraram queda acentuada nos Estados Unidos (-4,8%), na União Europeia (-3,2%) e na China (-6,8%). No caso da China, esse resultado configurou a primeira queda no PIB trimestral desde 1992.

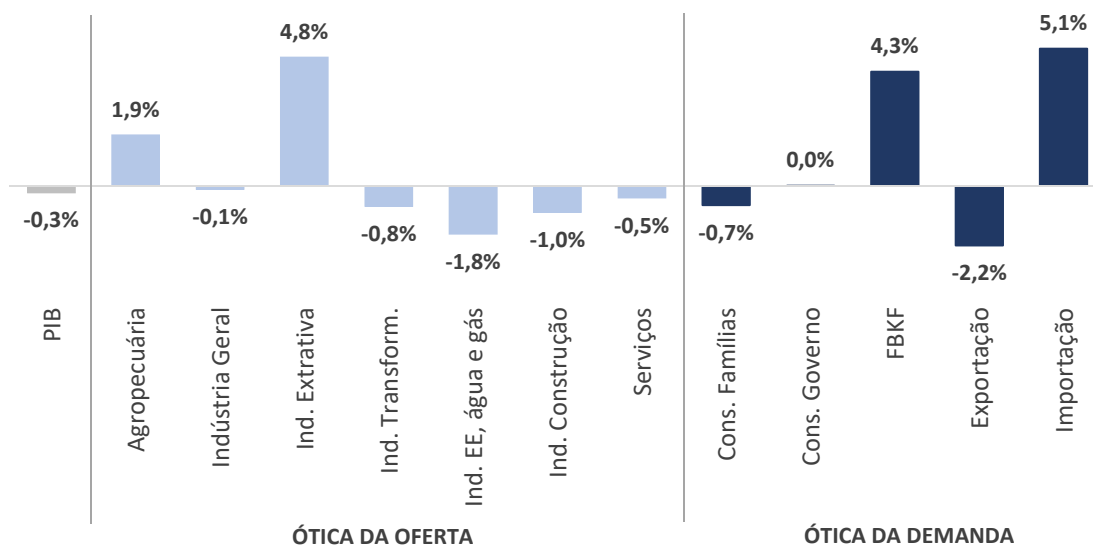
No Brasil, a adoção das medidas de isolamento social teve início em meados de março, após os primeiros casos de transmissão comunitária do vírus no país. A definição das restrições, o grau de isolamento e a duração da quarentena foram realizados pelos estados e municípios brasileiros de formas e em momentos distintos.

O conjunto de medidas anunciadas pelo governo federal para combate à crise da COVID-19 prevêem gastos da união da ordem de R\$ 400 bilhões, distribuídos em diversas medidas, das quais destaca-se o auxílio emergencial de R\$ 600 mensais a pessoas em situação de vulnerabilidade, o auxílio financeiro aos Estados e Municípios e a compensação financeira a trabalhadores que tiveram contratos suspensos ou jornada reduzida, além de concessões de crédito e financiamento e antecipação de benefícios (BRASIL, 2020).

O resultado do PIB brasileiro para o primeiro trimestre de 2020 aponta um recuo suave de 0,3% em relação ao primeiro trimestre de 2019 (Gráfico 1), indicando que os efeitos da crise no país foram menos intensos do que nas economias internacionais nesse período. Isso pode ser explicado pelo fato das medidas de isolamento da COVID-19 terem sido implementadas nos estados brasileiros a partir de meados de março, fazendo com que menos de um terço do primeiro trimestre tenha sido afetado diretamente pela pandemia.

A análise do crescimento desagregado pela ótica da oferta, no entanto, revela um desempenho mais adverso em todos os segmentos industriais, com exceção da extrativa. Pela ótica da demanda, a queda na balança comercial e no consumo das famílias foi compensada pelo aumento da formação bruta de capital fixo, com o aumento das importações de máquinas e equipamentos de petróleo e gás, compensando a queda de bens de capital na construção.

Gráfico 1 – Taxa de variação do PIB no 1º trimestre de 2020 (contra 1T-2019)

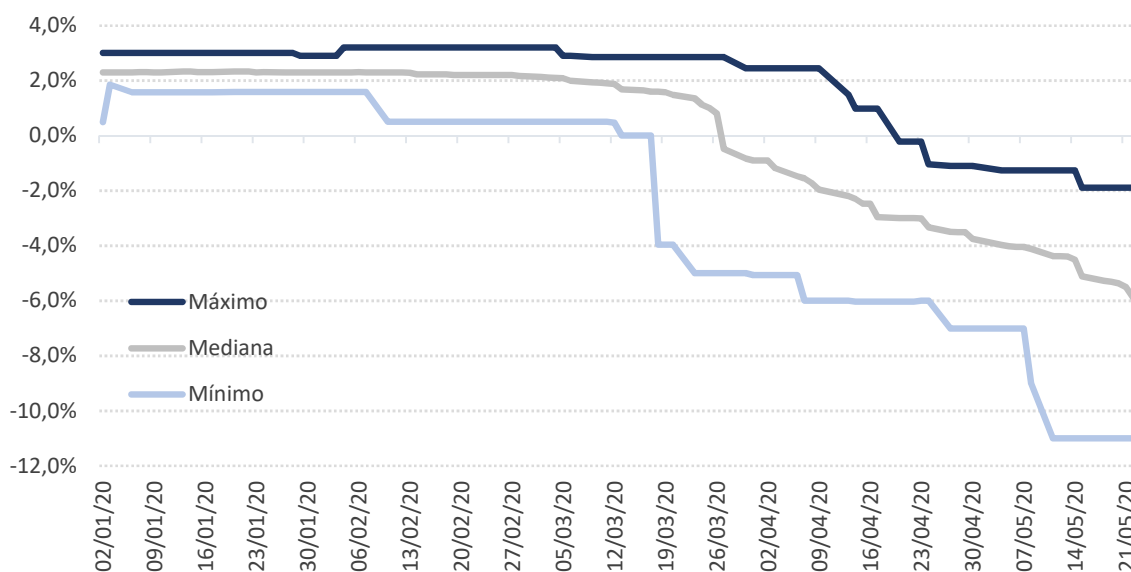


Fonte: IBGE.

Os dados antecedentes para abril apontam para um agravamento da crise no segundo trimestre. Segundo sondagem da FGV (2020), o nível de utilização da capacidade instalada da indústria foi de 57,3% em abril, o menor valor da série histórica. Os indicadores de confiança (FGV, 2020) também indicaram forte deterioração da perspectiva dos agentes, com redução nos indicadores de confiança do consumidor (-22 pontos), da indústria (-39 pontos) e do comércio (-27 pontos), atingindo suas respectivas mínimas históricas.

Esse quadro de elevada incerteza motivou revisões recorrentes nas projeções econômicas em 2020. O Boletim Focus do Banco Central indica que houve forte deterioração das perspectivas do mercado para o crescimento do PIB em 2020, saindo de uma mediana de 2,3% em 3 de janeiro para -5,8% nas estatísticas divulgadas em 25 de maio (mês de elaboração desse Informe Técnico). Além disso, observa-se que desde março vem ocorrendo uma redução no consenso das perspectivas dos agentes refletido no aumento do intervalo das projeções, que apresentou valor máximo de -2% e mínimo de -11%.

Gráfico 2 – Mediana, máximo e mínimo para projeções de crescimento do PIB de 2020 no Focus



Fonte: BCB.

Atualmente, o nível de incerteza sobre os desdobramentos da pandemia da COVID-19 na economia nacional e mundial ainda é bastante elevado. Não é possível afirmar qual será a profundidade e a duração da crise econômica decorrente da doença, nem por quanto tempo será necessário conviver com as medidas de isolamento social e com os riscos de novas ondas de contaminação.

Diante desse quadro, a construção dos cenários para os próximos dez anos levou em consideração, além das premissas de longo prazo, as perspectivas para fatores considerados chave no horizonte de curto prazo relacionados à pandemia da COVID-19, como o grau de efetividade das políticas públicas em reduzir os impactos da crise e estimular a confiança dos agentes e o ritmo de retomada no pós-crise. Essas perspectivas são descritas a seguir.

Premissas gerais para os cenários econômicos

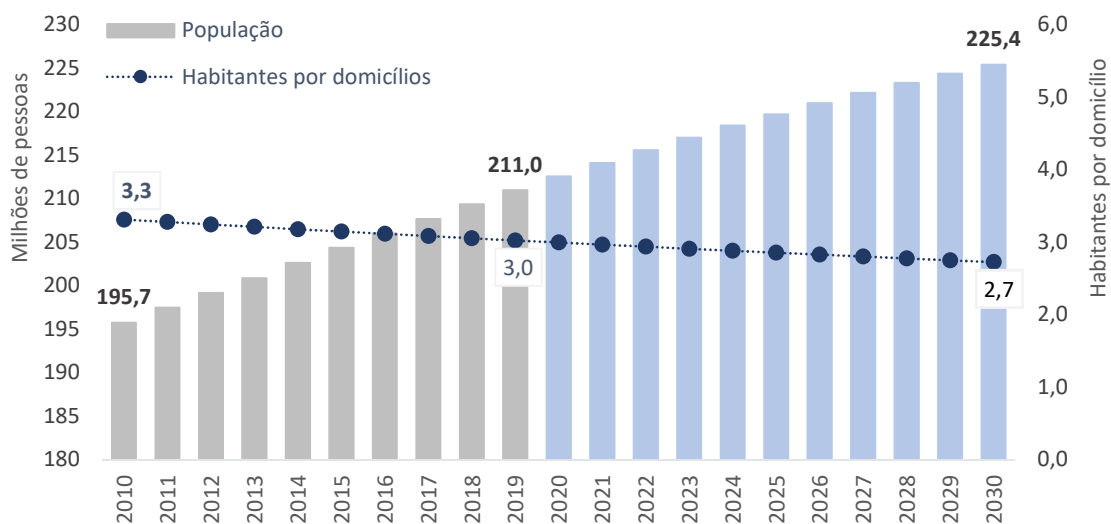
Nesta seção é apresentado o conjunto de premissas demográficas e de domicílios, bem como as relacionadas à economia internacional, as quais serviram de base para a construção dos cenários de referência e alternativos apresentados neste Informe.

Demografia e domicílios

A perspectiva para a evolução da população brasileira nos próximos dez anos é de que seja mantido o processo de desaceleração da taxa de crescimento observado nos últimos anos, reduzindo a contribuição demográfica para o PIB na próxima década. A população

deverá se expandir a uma taxa média de 0,6% a.a. entre 2021 e 2030, atingindo cerca de 225 milhões de habitantes, o que representa um aumento de, aproximadamente, 14 milhões de pessoas em relação à 2019, conforme observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução da população brasileira e do número de habitantes por domicílios

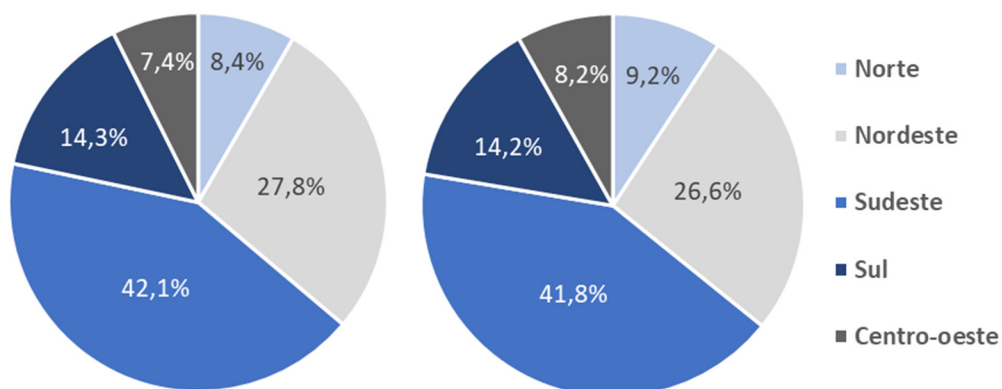


Fonte: EPE, com base em IBGE (2018).

Espera-se que o número de domicílios particulares permanentes continue apresentando crescimento no horizonte desse estudo, em linha com a tendência recente e com a premissa de crescimento de renda. A expectativa é de que o número de domicílios passe dos 70 milhões em 2019 para cerca de 83 milhões em 2030. Como resultado, espera-se uma redução na relação habitantes por domicílio nesse período, saindo de 3,0 em 2019 para 2,7 em 2030.

Em termos regionais, não há perspectiva de uma alteração significativa da distribuição da população nas regiões, como pode ser visto no Gráfico 4. Em relação ao número de domicílios, espera-se que todas as regiões apresentem crescimento nos próximos dez anos, sendo mais significativo no Norte e no Centro-Oeste. A queda na relação de habitantes por domicílio também deverá ocorrer de forma disseminada pelas regiões, no entanto, as reduções mais significativas deverão ocorrer no Sul e Centro-Oeste.

Gráfico 4 – Evolução da população brasileira por regiões geográficas



Fonte: EPE, com base em IBGE (2018).

Economia mundial

O contexto internacional é de suma importância para a dinâmica de crescimento da economia brasileira. Sendo assim, é crucial caracterizar o cenário mundial usado como base para os cenários nacionais construídos para o horizonte decenal.

Diante da complexidade de elaborar um cenário mundial, foram adotadas as premissas e projeções de PIB e comércio mundial do *World Economic Outlook*, de abril de 2020, do FMI para o período entre 2021 e 2024. Já para os anos seguintes, foram consideradas premissas ancoradas em estudos de mais longo prazo, como Exxon (2019), OCDE (2018) e PWC (2017).

Como mencionado anteriormente, espera-se que o PIB e o comércio mundial sejam fortemente afetados em 2020; no entanto, a perspectiva é de que a economia mundial apresente um crescimento médio moderado nos próximos dez anos.

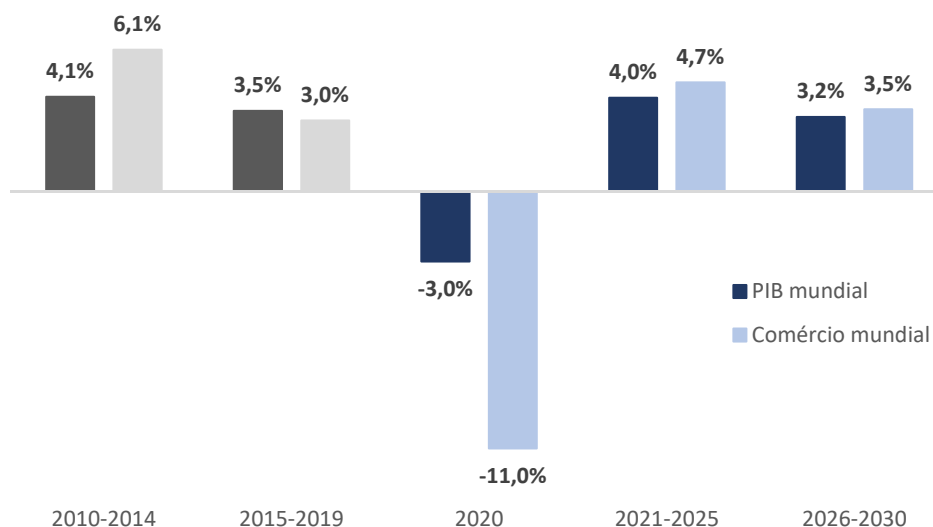
Em relação ao curto prazo, a expectativa é de que a pandemia do COVID-19 acabe no segundo semestre de 2020 e que, com a adoção de políticas efetivas de contenção dos impactos da crise, a economia global apresente uma recuperação significativa em 2021. Entretanto, é importante frisar que há um alto grau de incerteza acerca da duração, intensidade e impactos da crise.

Os países desenvolvidos sofreram com os fortes impactos da crise da COVID-19 sobre a atividade econômica, sobretudo nos Estados Unidos e na Zona do Euro. A partir de 2021, espera-se uma recuperação desse grupo de países, alcançando taxas de crescimento moderadas no período considerado neste estudo. É importante destacar que o crescimento desses países é, em parte, afetado pela menor disponibilidade de mão-de-obra local de trabalho no longo prazo, como consequência da tendência de envelhecimento populacional.

No que diz respeito aos países em desenvolvimento, espera-se que estes cresçam a taxas mais elevadas que os países desenvolvidos, fazendo com que tenham maior contribuição no crescimento econômico mundial nos próximos dez anos. No grupo dos países emergentes, vale destacar que a economia chinesa deve apresentar uma desaceleração suave, em virtude do processo de transição para uma estrutura com maior desenvolvimento do setor de serviços e maior participação do consumo, em detrimento da indústria e do investimento. A depender de como seja essa mudança, pode haver efeitos significativos sobre o comércio mundial e, principalmente, sobre os países exportadores de *commodities* para a China.

Como resultado dessas premissas, espera-se que nos próximos dez anos, o PIB e o comércio mundial cresçam, em média, 3,6% a.a. e 4,1% a.a., respectivamente. O Gráfico 5 apresenta a evolução das médias quinquenais de crescimento do PIB e comércio mundial para o horizonte decenal.

Gráfico 5 – Evolução do PIB e comércio mundial



Fonte: FMI (histórico e projeções até 2024); EPE (projeções a partir de 2025).

É importante ressaltar que há riscos importantes para a concretização desse cenário. Dentre eles, podemos destacar uma segunda onda de COVID-19, um possível aumento das tensões comerciais entre China e EUA, bem como outras questões geopolíticas.

Cenário de referência para os próximos dez anos

Nesta seção são descritas as premissas adotadas na construção do cenário de referência, bem como seus desdobramentos para o crescimento econômico dos próximos dez anos. Conforme mencionado anteriormente, o cenário de referência é considerado o mais provável, entretanto sempre é importante frisar que há um alto grau de incerteza no

trabalho de elaboração de cenários econômicos. Por este motivo, além deste cenário, foram também construídos dois cenários alternativos, detalhados na próxima seção.

Em linhas gerais, no cenário de referência, há uma recuperação gradual da economia brasileira com avanços em reformas econômicas no médio prazo, fazendo com que esta apresente, em média, um crescimento moderado nos próximos dez anos.

Ainda que o foco deste relatório seja o médio e o longo prazo, dado o contexto de elevada incerteza e a crise sem precedentes gerada pela COVID-19, o ano de 2020 será analisado, ainda que de forma sintética.

Conforme abordado na seção de conjuntura econômica, a pandemia da COVID-19 gerou impactos significativos sobre a economia global e brasileira. Por conta da natureza dessa crise – sanitária e econômica – há muita imprecisão a respeito da intensidade dos impactos e de como se dará a saída do isolamento social e a recuperação econômica, tornando o trabalho de elaboração de cenário econômico ainda mais desafiador. Não há consenso se a retomada se dará em formato de “V” – recuperação rápida, “U” – recuperação mais lenta, “L” – estagnação, ou “W” – recuperação rápida, porém com outra crise em seguida (crise em duas ondas), por esse motivo preferiu-se adotar premissas e projeções distintas nos três cenários deste estudo não só para o médio prazo, mas também para o ano de 2020. Além disso, cabe ressaltar que ainda não se sabe se haverá e/ou quais serão os impactos de médio e longo prazo desta crise, então, o cenário pode ser afetado a depender de como será a evolução da economia neste ano e das políticas adotadas para a contenção dos efeitos da crise.

O cenário de referência parte da premissa básica de que as medidas de isolamento social terão duração de três meses e que os impactos sobre a economia serão intensos, embora espere-se que sejam mais concentrados no primeiro semestre do ano, especialmente no segundo trimestre. É importante ressaltar que tais efeitos poderiam ser maiores, caso não tivessem sido adotadas as medidas de contenção à crise, já citadas na seção de conjuntura, por parte do governo brasileiro.

Diante dos efeitos da crise sobre a atividade econômica e o mercado de trabalho, bem como do risco de retorno da doença e do ambiente de elevada incerteza, a retomada em forma de “V” – isto é, com acelerada recuperação na saída da crise – torna-se pouco provável. Dessa forma, espera-se, neste cenário, que o processo de recuperação da confiança dos agentes seja gradual, dificultando a retomada dos investimentos e do consumo, o que faz com que a economia apresente uma recuperação entre “V e U”, resultando em um crescimento moderado da economia no ano de 2021: +2,3%.

Em termos setoriais, espera-se que a crise atinja de forma mais significativa os segmentos mais atrelados à demanda interna como o setor de serviços e as indústrias da construção e de alguns segmentos da transformação, afetados pelo ambiente de elevada incerteza, aumento do desemprego e redução da renda das famílias. A redução da atividade

industrial também gerará efeitos negativos encadeados para alguns setores grandes consumidores de eletricidade, como a metalurgia e alguns ramos da química.

No caso do setor de serviços, há ainda os efeitos diretos das medidas de isolamento social e do fechamento de estabelecimentos comerciais e atividades de lazer, cultura, turismo e escolares já na segunda quinzena de março. O setor agropecuário não deve sofrer impactos negativos muito intensos, o que vem sendo corroborado pelo bom desempenho dos produtos desse setor no comércio exterior mesmo no período mais intenso de crise na Ásia, Europa e Estados Unidos.

É importante ressaltar que, além dos efeitos negativos sobre o crescimento econômico, a crise também deixará reflexos sobre as contas do governo devido não apenas ao aumento dos gastos públicos oriundos das medidas de contenção da crise adotadas pelo governo, como também pela redução das receitas tributárias por conta da queda de atividade. No entanto, espera-se que em 2021, a condução da política fiscal volte a ter foco no controle dos gastos públicos e na realização de resultados primários crescentes.

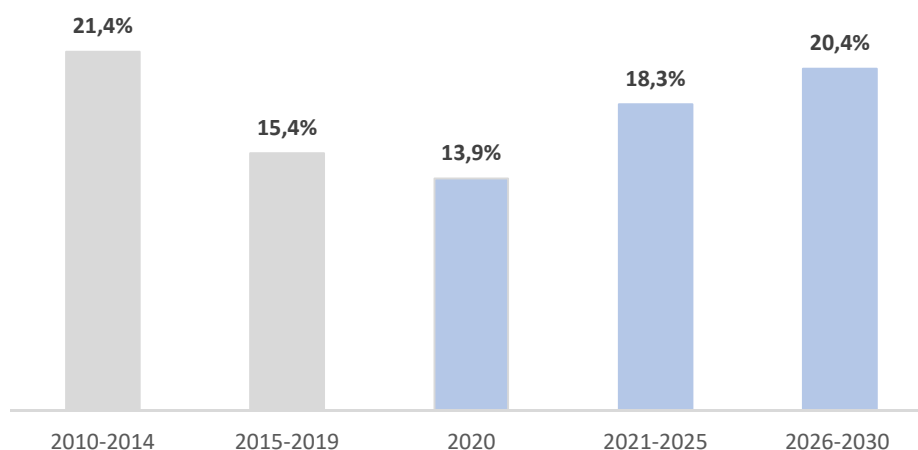
Ainda que a recuperação da crise seja mais contida por conta da lenta restauração da confiança, este processo será beneficiado pela recuperação rápida da economia global. Entretanto, conforme mencionado na seção sobre a economia mundial, é importante monitorar os riscos de acirramento nas relações entre Estados Unidos e China, bem como o risco de uma segunda onda da pandemia da COVID-19. Estes dois fatos podem impactar fortemente a economia mundial e, conseqüentemente, a economia brasileira.

A partir de 2021, espera-se que a confiança dos agentes econômicos seja restaurada gradualmente, possibilitando a retomada da demanda interna. Esse movimento ganhará mais força a partir de 2022 com um ambiente de maior estabilidade e das melhorias nas condições para negócios no país.

Este cenário contempla avanços de reformas importantes ao longo do horizonte de dez anos. Destacam-se as reformas microeconômicas que geram impactos positivos significativos no ambiente de negócios e na redução do chamado “custo Brasil”. Cabe ressaltar que o Brasil ocupou a 124ª posição entre 190 economias no *ranking Doing Business 2020* do Banco Mundial, que visa medir a facilidade de realizar negócios nos países. Sendo assim, uma melhoria do ambiente de negócios é fundamental para que haja uma maior competitividade e produtividade da economia brasileira.

Com esse ambiente mais favorável aos negócios e uma economia mais estável, espera-se que os agentes estejam mais propensos ao investimento, levando a um aumento deste ao longo do horizonte deste estudo. A expectativa é que, neste cenário, os investimentos alcancem o patamar de cerca de 21% do PIB em 2030, semelhante ao observado no período 2010-2014. O Gráfico 6 apresenta sua evolução através das médias quinquenais.

Gráfico 6 – Evolução dos investimentos ao longo dos próximos quinquênios (% do PIB)



Fonte: IBGE (histórico); EPE (projeções a partir de 2021).

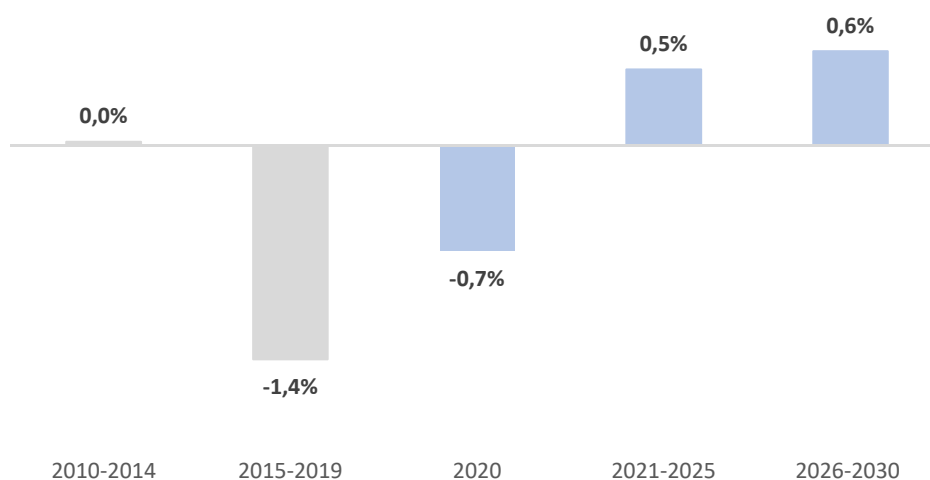
Entre esses investimentos, vale destacar os voltados para o setor de infraestrutura devido aos seus efeitos potenciais sobre a economia, pois, além de ampliarem a capacidade produtiva, têm impactos indiretos sobre a produtividade, ao elevar a eficiência da economia.

Segundo o *McKinsey Global Institute* (2017), entre 2010 e 2015, os investimentos em infraestrutura na economia brasileira corresponderam, em média, a cerca de 2,3% do PIB, patamar bem abaixo ao dos demais países do BRICS: Rússia, Índia, China e África do Sul apresentaram volumes médios de, respectivamente, 4%, 5,6%, 8,3% e 4,7% (em percentual dos respectivos PIB's) para o mesmo período.

Diante deste contexto, espera-se que, no cenário de referência aqui apresentado, haja um aumento dos investimentos em infraestrutura no Brasil, impulsionados pelo programa de concessões, o que permitirá que sejam reduzidos os gargalos de infraestrutura ao longo do horizonte deste estudo, gerando impactos positivos sobre a produtividade da economia brasileira, sobretudo no segundo quinquênio.

Sendo assim, no que diz respeito à **produtividade total dos fatores (PTF)**, a expectativa é que haja um crescimento gradual, porém significativo, como pode ser visto no Gráfico 7. É importante ressaltar a importância da PTF, dado que a contribuição demográfica no crescimento econômico será menor ao longo do horizonte decenal, conforme apresentado na seção de demografia.

Gráfico 7 – Evolução da PTF ao longo dos próximos quinquênios

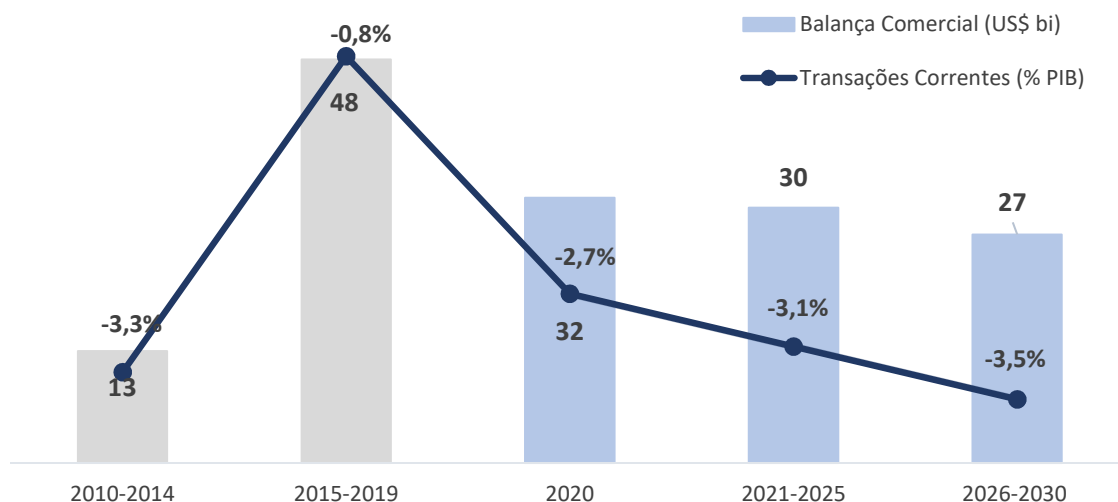


Fonte: Conference Board (dados históricos até 2018), EPE (projeções a partir de 2019).

Com os incrementos, ainda que moderados, de produtividade e competitividade e com o crescimento da economia mundial, espera-se que as exportações brasileiras sejam favorecidas. Um dos destaques na pauta exportadora deve ser o setor extrativo, embora haja a expectativa de desaceleração da economia chinesa ao longo do horizonte deste estudo. Nesse cenário, espera-se que a **balança comercial** obtenha saldos significativos, embora estes apresentem médias quinquenais decrescentes por conta da maior demanda por importações pelo país diante seu maior crescimento econômico.

Em termos de transações correntes, a expectativa é de *déficit* ao longo de todo período, em virtude dos saldos negativos crescentes na balança de serviços e rendas. É importante frisar que tal fato é sustentável, já que se espera uma entrada mais forte de capitais, via investimento direto no país, conforme a economia brasileira apresente maior crescimento econômico. O Gráfico 8 mostra a evolução das principais variáveis de setor externo ao longo dos próximos dez anos.

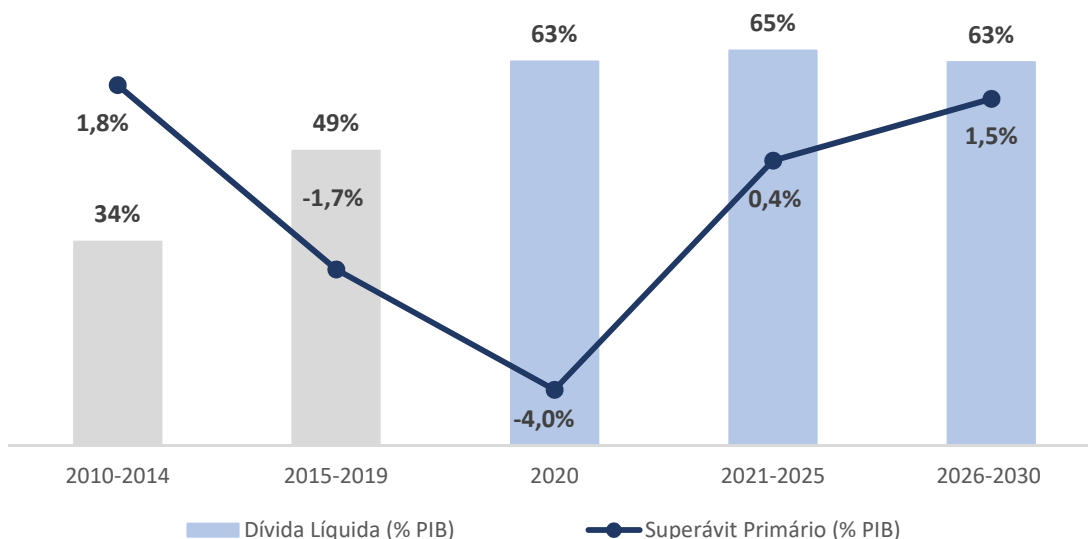
Gráfico 8 – Evolução do saldo da Balança Comercial (US\$) e de Transações Correntes (% do PIB)



Fonte: BCB (dados históricos), EPE (projeções).

Em relação às **contas do governo**, a expectativa é que após 2020 haja um retorno às políticas de consolidação fiscal. Sendo assim, espera-se uma recuperação dos resultados primários do governo nos próximos anos. Tal fato, somado à perspectiva de manutenção dos juros em patamares baixos, contribuirá para um retorno da relação Dívida Líquida do Setor Público/PIB (DLSP/PIB) à trajetória decrescente a partir do fim do primeiro quinquênio. O Gráfico 9 mostra a evolução do resultado primário do governo e da relação DLSP/PIB ao longo dos próximos quinquênios.

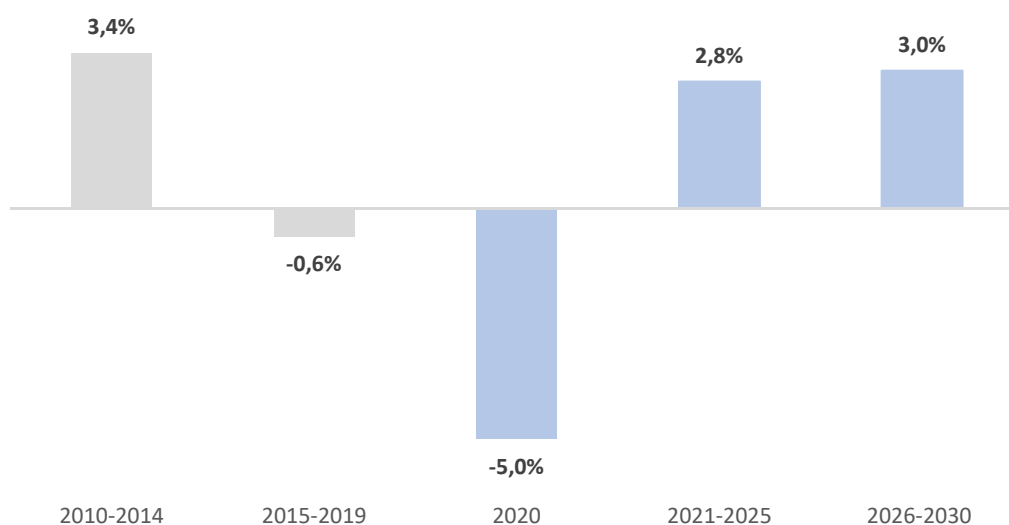
Gráfico 9 – Evolução dos indicadores de setor público



Fonte: BCB (dados históricos), EPE (projeções).

Diante do que foi descrito anteriormente, espera-se que neste cenário, o crescimento médio do PIB brasileiro apresente a trajetória do Gráfico 10 nos próximos quinquênios, resultando em um crescimento médio de 2,9% entre 2021 e 2030.

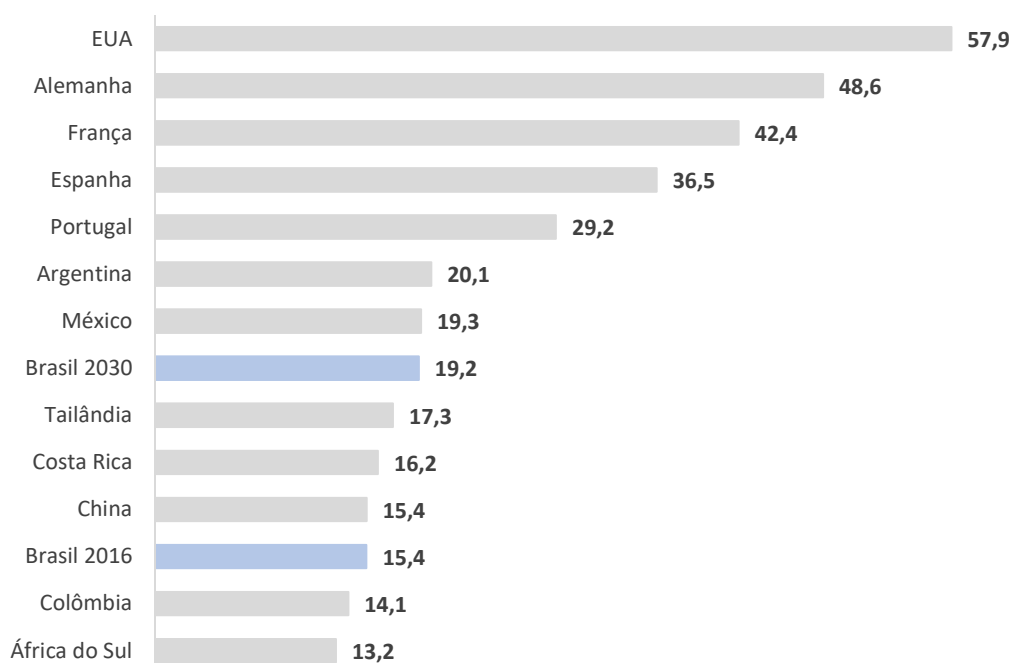
Gráfico 10 – Evolução do crescimento do PIB ao longo dos próximos quinquênios (% a.a.)



Fonte: IBGE (dados históricos), EPE (projeções).

Considerando as premissas demográficas descritas anteriormente, a perspectiva é de que o PIB per capita cresça, em média, 2,3% a.a. entre 2021 e 2030, alcançando cerca de 19,2 mil dólares PPP de 2016 em 2030. O Gráfico 11 apresenta comparações internacionais, mostrando que em 2035, o PIB per capita brasileiro deve alcançar o patamar semelhante ao da Argentina e do México em 2016 (em dólares PPP de 2016).

Gráfico 11 – Comparação internacional PIB per capita (USD PPP – 2016)



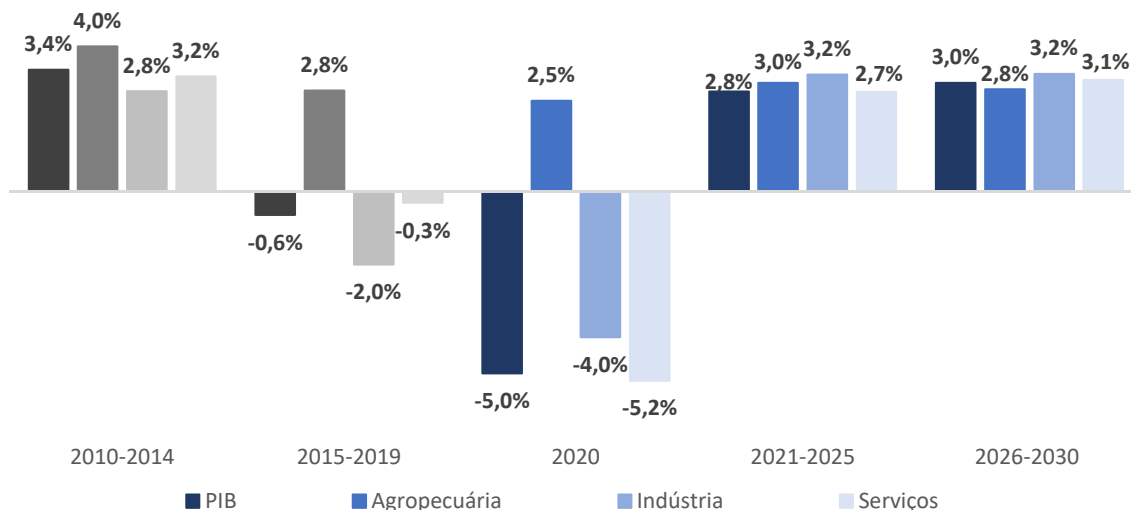
Nota: Dados dos outros países referentes ao ano de 2016.

Fonte: FMI (histórico) e EPE (projeções).

Em termos setoriais, espera-se que a recuperação da economia mundial a partir de 2021, sobretudo da China, dos Estados Unidos e de países da Europa, permita uma expansão

do comércio exterior, com impactos positivos sobre o desempenho de setores exportadores, como a agropecuária e a indústria extrativa. Já os setores dependentes da demanda interna devem mostrar recuperação mais lenta, com aceleração do crescimento a partir de 2022. No médio e longo prazo, a redução, ainda que parcial, de importantes gargalos ao crescimento, possibilitado pelas reformas microeconômicas e pelos avanços na infraestrutura nacional, permitirá ganhos de competitividade em alguns segmentos produtivos.

Gráfico 12 – Evolução do crescimento setorial ao longo dos próximos quinquênios (% a.a.)



Fonte: IBGE (dados históricos), EPE (projeções).

No caso da **agropecuária**, o bom posicionamento do país no mercado internacional, associado à expectativa de aumento da demanda mundial e nacional por alimentos e insumos para bioenergéticos ao longo do horizonte permitirá ao país um incremento considerável da produção nacional. Tal visão é corroborada pela perspectiva de expansão dos principais produtos agropecuários brasileiros no relatório “Projeções do Agronegócio: Brasil 2018/19 a 2028/29, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2019), que projeta um crescimento de 26,8% para a produção de grãos e de 27% para a produção de carnes nos próximos 10 anos. Diante desse cenário, espera-se um crescimento médio de 2,9% a.a. entre 2021 e 2030 para o setor agropecuário.

Com relação à **indústria**, a expectativa é de um crescimento médio de 3,2% a.a. no horizonte de dez anos. Destaca-se, nesse cenário, o bom desempenho esperado para o segmento de **extrativa** ao longo de todo horizonte, impulsionado pela demanda internacional pelos produtos brasileiros, sobretudo da China, e pela perspectiva de aumento da produção de petróleo na região do Pré-Sal no período.

A indústria de **transformação**, bastante afetada pela pandemia da COVID-19, apresentará recuperação acompanhando a retomada da demanda interna a partir de 2021. A elevada capacidade ociosa – que já era de cerca de 25% antes da crise e foi ampliada na pandemia

– permitirá rápida expansão da produção em resposta ao aumento da demanda sem necessidades de novos investimentos no pós-crise, incluindo os segmentos grandes consumidores de eletricidade, em sua maioria fornecedores de insumos para a indústria.

No médio e longo prazos, esperam-se avanços na competitividade da produção industrial nacional de transformação em função das reformas microeconômicas, da melhoria do ambiente de negócios e da melhoria da logística nacional, embora esses avanços ocorram de forma parcial e seus efeitos sejam sentidos mais ao final do horizonte.

No curto prazo, espera-se que a indústria de **construção** apresente recuperação mais lenta em função do ambiente de incerteza e da redução da renda dos agentes, cujos efeitos sobre a demanda deverão permanecer algum tempo após a crise. Por outro lado, a pandemia da COVID-19 trouxe a atenção da sociedade para o grave quadro do saneamento básico do país e a necessidade de investimentos no setor. Segundo IBGE, em 2019, quase um terço dos domicílios do país não possuía acesso à rede geral de esgotos, chegando a 73% no Norte (IBGE, 2020a), e cerca de 5 milhões de domicílios estavam nos chamados aglomerados subnormais (“comunidades”), nos quais se observa alto grau de adensamento e carência de serviços públicos essenciais (IBGE, 2020b).

Assim, considera-se que o setor de construção possui bom potencial de desenvolvimento ao longo do horizonte a fim de permitir avanços considerados imperativos na infraestrutura de saneamento e habitação do país. Além disso, o setor deve ser beneficiado pelos investimentos em infraestrutura relacionados à energia e transporte decorrentes dos programas de concessão previstos para os próximos anos.

Com relação ao setor de **serviços**, espera-se um crescimento médio de 2,9% a.a. entre 2021 e 2030. No curto prazo, a recuperação no pós-crise deve se acelerar a partir de 2021, conforme se consolida a economia nacional, com retomada da demanda interna e redução do desemprego. O aumento da confiança das famílias e maior estabilidade econômica permitirão o crescimento do consumo ao longo dos primeiros anos da projeção, embora em ritmo mais fraco do que o observado na década passada.

Para o médio e longo prazos, espera-se que haja aumento da demanda de comércio e serviços decorrente do crescimento da renda das famílias e da expansão do setor industrial e agropecuário. A melhoria no ambiente de negócios e na infraestrutura nacional permitirão ganhos relevantes de produtividade nesse setor e podem estimular algum avanço no desenvolvimento de segmentos de maior conteúdo tecnológico e científico ao final do horizonte.

Cenários alternativos

A seguir são apresentados os cenários desenvolvidos como alternativas ao cenário de referência. Cabe mencionar que a construção de cenários alternativos tem como objetivo lidar com as elevadas incertezas inerentes ao processo de elaboração de cenários

econômicos, permitindo mapear resultados que, embora com menor probabilidade, ainda são possíveis de ocorrerem e podem trazer importantes desafios e oportunidades para o país.

Os dois cenários, inferior e superior, foram elaborados pela sensibilização das trajetórias esperadas no cenário de referência para variáveis consideradas chave no crescimento econômico dos próximos dez anos.

Como já mencionado, no momento de elaboração desse Informe ainda há elevada incerteza sobre a profundidade e a duração da pandemia da COVID-19 e da consequente crise econômica no Brasil e no mundo. Assim, a duração da pandemia, a efetividade das políticas de mitigação e o ritmo de recuperação econômica no pós-crise são considerados elementos chave de curto prazo para o crescimento econômico dos próximos anos.

Além desses elementos, foram sensibilizadas questões chave para o desempenho da economia no médio e longo prazo, como o grau de avanço das reformas microeconômicas e a melhoria no ambiente de negócios, a evolução da produtividade total dos fatores (PTF) e o desempenho das contas públicas.

As principais diferenças entre os três cenários considerados neste estudo estão apresentadas resumidamente na Tabela 1.

Tabela 1 – Principais diferenças entre os cenários

PONTOS CRÍTICOS	CENÁRIO INFERIOR	CENÁRIO REFERÊNCIA	CENÁRIO SUPERIOR
Duração da pandemia e velocidade da retomada	Duração longa ou reincidência (“duas ondas”), retomada lenta	Duração média e recuperação rápida	Duração média e recuperação acelerada
Efetividade das políticas anticrise e confiança	Dificuldade de implementação das políticas e lenta recuperação da confiança	Políticas são suficientes e estimulam o crescimento da confiança	Políticas são muito efetivas e aceleram a recuperação da confiança
Aprovação de reformas e ambiente de negócios	Dificuldade na aprovação de reformas	Aprovação de reformas importantes ao longo do horizonte	Aprovação de reformas importantes já no curto prazo
Produtividade total dos fatores (PTF)	Fraco crescimento	Crescimento gradual	Forte crescimento
Contas Públicas	Dificuldade de realização de ajuste fiscal.	Ajuste fiscal com redução gradual da relação DLSP/PIB.	Ajuste fiscal com redução significativa e rápida da relação DLSP/PIB.

Fonte: EPE.

A seguir são descritas, de forma sintética, as sensibilidades realizadas e seus desdobramentos sobre o desenho dos cenários alternativo inferior e superior, com foco nas diferenças em relação ao cenário de referência.

Cenário inferior

No cenário inferior, adota-se a premissa de que pandemia da COVID-19 tem duração maior do que o esperado no cenário de referência, com alta probabilidade de reincidência da doença (“duas ondas”), sendo um cenário onde a recuperação econômica ocorre na forma de “W” ou “L”. Em decorrência desse cenário, a crise econômica é ainda mais intensa e há maior dificuldade na implementação das políticas de mitigação necessária, levando a uma queda acentuada da atividade nacional em 2020.

Este cenário é marcado por um maior nível de incerteza, taxa de desemprego mais elevada e uma retração mais intensa da renda. Em função desses fatores, a retomada econômica acontece de forma bastante lenta, levando a um crescimento econômico, praticamente, nulo em 2021.

O ambiente de maior instabilidade, sobretudo nos anos iniciais, dificulta a retomada da confiança dos agentes, o que limita uma recuperação mais forte da demanda interna e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Por esse motivo, a expectativa é de que, nesse cenário, a economia brasileira, cresça, em média, 1,7% a.a. entre 2021 e 2030.

Em função do alto nível de incerteza, os investidores tendem a estar menos propensos a realizar investimentos, sobretudo aqueles com maior risco, como os de infraestrutura, fazendo com que haja uma recuperação mais lenta dos investimentos quando comparado ao cenário de referência. No cenário inferior, espera-se que, ao longo do horizonte decenal, os investimentos alcancem, no máximo, o patamar de cerca de 19% do PIB.

A dificuldade na realização de investimentos em infraestrutura, bem como na implementação de reformas estruturais limitarão os ganhos de produtividade alcançados. Por esse motivo, a PTF média do período será de 0,2% a.a.

No que diz respeito às contas públicas, a expectativa é de recuperação mais lenta dos resultados primários do governo, fazendo com que a relação DLSP/PIB seja crescente ao longo do horizonte.

Pela ótica setorial, a maior duração da pandemia da COVID-19 e das medidas de isolamento prolonga o período de fechamento das atividades de comércio e serviços, aumentando o número de falências de empresas e de fechamentos permanentes de estabelecimentos comerciais e limitando a capacidade de retomada do setor após a crise.

A maior duração de um cenário de elevada incerteza, alta taxa de desemprego e compressão da renda das famílias contribuem para uma retração ainda mais intensa da demanda doméstica, com efeitos negativos sobre a atividade industrial, em especial na transformação e na construção. Em 2021, o fraco desempenho da demanda interna impedirá uma retomada significativa desses setores.

No médio e longo prazo, em função da ausência de avanços significativos nos gargalos ao desenvolvimento econômico, aumentam-se os desafios de competitividade dos produtos nacionais frente aos estrangeiros e não há avanços significativos na cadeia produtiva para segmentos de maior conteúdo tecnológico, aumentando a relevância de bens primários na estrutura produtiva nacional. A demanda interna mais enfraquecida e os níveis mais baixos de consumo e investimento reduzem o dinamismo da economia, levando a um crescimento mais baixo em todos os setores, em especial na indústria.

Dessa forma, no cenário inferior, a indústria apresenta crescimento mais moderado, de 1,7% a.a. entre 2021 e 2030. Esse resultado é influenciado pelo desempenho mais fraco da transformação e da construção, enquanto a indústria extrativa deve amenizar esse resultado e apresentar bom desempenho ao longo do horizonte, favorecida pelo cenário internacional positivo.

Nesse cenário, os setores industriais grandes consumidores de eletricidade apresentam, de forma geral, desempenho pior, em função da redução da demanda do setor industrial por esses bens, com exceção de segmentos ligados à exportação, como celulose, o qual será beneficiado pelas boas perspectivas para a demanda internacional.

O setor de serviços também sofrerá com a demanda interna mais fraca, além do próprio desempenho moderado do setor industrial, crescendo no horizonte a uma taxa média de 1,8% a.a. Assim como no setor industrial, não se espera avanços para serviços de maior conteúdo tecnológico no cenário inferior e esse crescimento será dado pelos segmentos considerados “tradicionais”.

Com relação à agropecuária, apesar do cenário econômico adverso, espera-se que esse setor apresente um bom desempenho, uma vez que há expectativas positivas para o cenário externo e a demanda internacional por esses produtos, expandindo-se a uma taxa média de 2,7% a.a. entre 2021 e 2030.

Cenário superior

No cenário superior, considera-se que as políticas de combate à crise adotadas se mostram muito efetivas, reduzindo os impactos econômicos e permitindo uma recuperação mais intensa da confiança dos agentes no curto prazo. Neste cenário, o menor nível de incerteza permite uma retomada mais acelerada da demanda interna já no curto prazo e uma expansão mais significativa do PIB em 2021, de 5,5%, caracterizando um crescimento mais próximo de um “V”.

A forte recuperação da confiança dos agentes tem impactos relevantes sobre o consumo e investimento, fazendo com que haja uma rápida recuperação da demanda interna.

Os investimentos crescem a taxas significativas ao longo do horizonte deste estudo, chegando ao patamar de cerca de 22% do PIB. Nesse cenário, há fortes avanços no setor de infraestrutura, com redução significativa dos gargalos que limitam a competitividade do País e melhoria do ambiente de negócios.

O desenvolvimento da infraestrutura somado à realização de reformas estruturais importantes gerará impactos relevantes sobre a produtividade da economia brasileira, fazendo com que esta cresça, em média, 0,8% a.a. entre 2021 e 2030.

Como resultado, no cenário superior, a economia brasileira apresentará uma trajetória de crescimento mais forte e sustentada nos próximos dez anos. A taxa média de crescimento do PIB é de 4,1% a.a. no decênio.

Em termos setoriais, a rápida retomada da confiança dos agentes, associada a um ritmo mais acelerado de redução do desemprego e de recomposição da renda das famílias permite uma recuperação mais acentuada da demanda interna já no curto prazo e um crescimento expressivo nos setores de serviços e das indústrias de transformação e construção em 2021.

Assim como no cenário de referência, a retomada da indústria no curto prazo será possibilitada pela elevada ociosidade sem necessidade de novos investimentos. No entanto, o maior ritmo de atividade econômica no cenário superior permitirá uma recuperação mais acelerada do nível de utilização da capacidade instalada (NUCI). Ao mesmo tempo, o ambiente econômico mais favorável aos negócios e as boas perspectivas para o cenário econômico futuro estimularão um maior nível de investimento produtivo, inclusive nos setores grandes consumidores de eletricidade.

No médio e longo prazos, a implementação de reformas microeconômicas e os avanços em infraestrutura, bem como seus efeitos sobre o ambiente de negócios, permitirão maior ganho de competitividade da indústria nacional, especialmente na transformação, e maior estímulo ao desenvolvimento de indústrias de maior conteúdo tecnológico.

Neste cenário, espera-se que haja avanços importantes na infraestrutura de saneamento e habitação ao longo do horizonte, contribuindo para um maior crescimento da indústria no período. Setores ligados à exportação, como a indústria extrativa e de celulose, grandes consumidores de energia, deverão apresentar bom desempenho em todo o horizonte, tanto pelas perspectivas positivas para a demanda interna quanto externa. Dessa forma, espera-se que a indústria cresça a uma taxa média de 4,0% a.a.

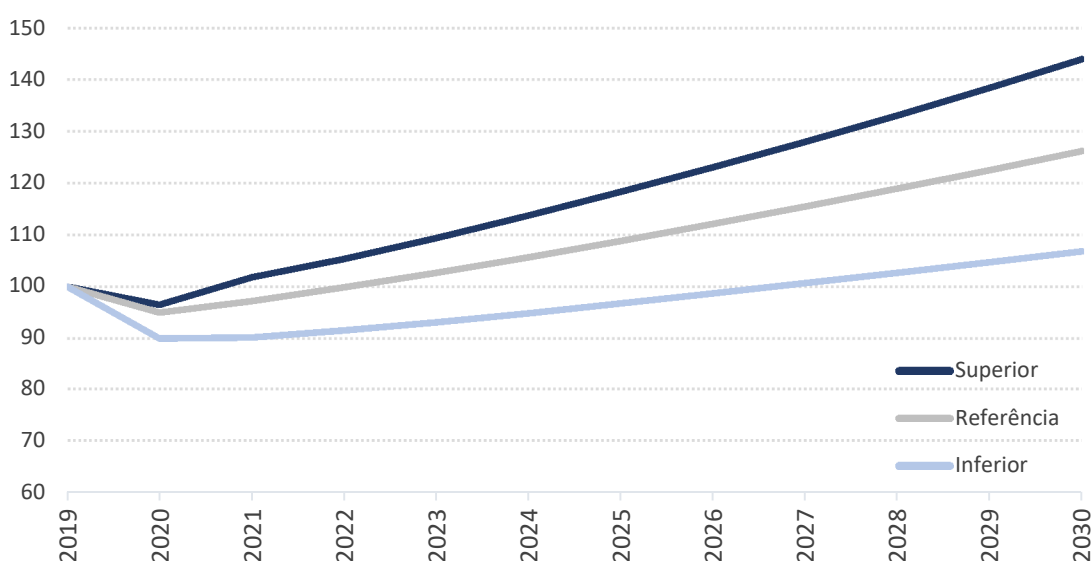
Para o setor de serviços, a perspectiva é de uma média de crescimento de 4,1% a.a. em decorrência da demanda mais aquecida e da maior renda das famílias, além dos efeitos encadeados relacionados à maior expansão do setor industrial. Além disso, o setor será beneficiado pela redução dos entraves aos negócios e dos custos associados a

infraestrutura e logística. Nesse cenário, assim como na indústria, espera-se um estímulo maior ao desenvolvimento dos chamados “serviços modernos”, ligados à tecnologia da informação, comunicação e ciência, os quais também são caracterizados por maiores níveis de salários.

Em relação ao setor agropecuário, espera-se que os ganhos de competitividade relacionados a redução de custos logísticos e tributários permitam um posicionamento ainda melhor do setor no mercado internacional, crescendo a uma taxa média de 3,5% a.a. entre 2021 e 2030.

O Gráfico 13 reúne as trajetórias esperadas para o PIB nos três cenários descritos.

Gráfico 13 – Evolução do PIB nos próximos 10 anos para os três cenários (Índice 2019 = 100)



Fonte: IBGE (dados históricos), EPE (projeções).

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **Doing Business 2020: Comparing Business Regulation in 190 Economies**. Washington: Banco Mundial, 2020.

BRASIL. **Tesouro Nacional Transparente**, 2020. Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>>. Acesso em maio 2020.

CONFERENCE BOARD. **Total Economy Database - Growth Accounting and Total Factor Productivity**. Disponível em: <<http://www.conference-board.org>>. Acesso em maio 2020.

EXXON. **2019 Outlook for Energy: A perspective to 2040**. Irving: Exxon, 2019. Disponível em: <https://www.exxonmobil.co.uk/-/media/Global/Files/outlook-for-energy/2019-Outlook-for-Energy_v4.pdf>. Acesso em maio 2020.

FGV [Fundação Getúlio Vargas]. **Instituto Brasileiro de Economia**, 2020. Sondagens e Índices de confiança. Disponível em: <<https://portalibre.fgv.br/sondagens-e-indices-de-confianca>>. Acesso em maio 2020.

FMI [Fundo Monetário Internacional]. **World Economic Outlook: The Great Lockdown**. Washington, DC: FMI, 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>>. Acesso em maio 2020.

IBGE [INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA]. **Projeções da população: Brasil e unidades da federação: revisão 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

_____. **Aglomerados Subnormais 2019**: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Notas Técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]. **The Long View: Scenarios for the world economy to 2060**. Paris: OCDE, 2018. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/economics/the-long-view_b4f4e03e-en>. Acesso em maio 2020.

PWC [PricewaterhouseCoopers]. **The World in 2050: The Long View**. PWC, 2017. Disponível em: <<https://www.pwc.com/gx/en/world-2050/assets/pwc-the-world-in-2050-full-report-feb-2017.pdf>>. Acesso em maio 2020.

MAPA [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento]. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2018/19 a 2028/29**. Brasília: MAPA, 2019.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Bridging infrastructure gaps has the world make progress?** McKinsey Global Institute, 2017.

Fontes de dados:

BANCO MUNDIAL: <http://www.worldbank.org/>

BCB [Banco Central do Brasil]: <http://www.bcb.gov.br/>

FMI [Fundo Monetário Internacional]: <http://www.imf.org/>

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]: <http://www.ibge.gov.br/>

ME [Ministério da Economia]: <http://www.gov.br/economia/pt-br/>